

LINGUAGENS, CORPOS E SEXUALIDADES: AS FARSAS DISSEMINADAS PELA TAL “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O ESCOLA SEM PARTIDO

Victor Pereira de Sousa
victordesousa@outlook.com.br
<http://lattes.cnpq.br/8041867185790996>

RESUMO

A disseminação de informações falsas se propalada em nossos espaços – virtuais e geográficos – ancorada em discursos conservadores se estabelece de forma sólida no campo político, assim como no social. Essa censura a direitos humanos nega vidas, excluindo de forma inescrupulosa as pessoas não-cis-heterossexuais, marginalizando-as e desvalorizando-as. Assim, através de consolidada pesquisa bibliográfica, este artigo propõe reflexões pertinentes à liberdade linguística dos corpos e das sexualidades, incorporando-as ao contexto educacional e a verdade conhecida e reconhecida por trás da falsa “ideologia de gênero” e do projeto Escola Sem Partido.

Palavras-chave: Corpos; Sexualidades; Educação; Ideologia de gênero; Escola Sem Partido.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SITUANDO AS TEMÁTICAS EM QUESTÃO

Diante da atual conjuntura que vivemos, é necessária a compreensão sobre nós mesmos/as, na expectativa de compreendermos melhor nosso redor. Diante dessa afirmativa, ao olharmos para nós em frente ao espelho somos capazes de observarmos nosso corpo, mas nem sempre somos capazes de interpretarmos o que ele diz. Isso se dá, em muito, porque há séculos fomos moldados/as em concepções binárias, reducionistas e *biologizadas* do corpo. A medicina, a psicologia, e a ciência em geral, tratou de propalar aspectos que inculcaram nossa possibilidade em nos conhecermos.

No mundo atual, muitas normas e leis giram ao redor dos corpos. Temos uma gama de cirurgias estéticas, dietas, drogas, dentre tantas outras formas que proporcionam a ideia de corpo perfeito. Não está sendo afirmado aqui que tais elementos e práticas começaram com a ascensão do mundo moderno, mas sim, ressaltar que os tais ganham a cada dia mais forma, força e poder.

Todavia, também é possível acompanharmos que ao longo desse mesmo tempo, teorias, pesquisas e estudos foram disseminados com o objetivo de entendermos os corpos com um outro olhar. Nessa outra forma de compreensão, na qual é defendida

aqui, entendemos o corpo como um constructo histórico e social, através de relações e construções culturais da e na sociedade. Trata-se de *historicizar* o corpo, dar-lhe a interpretação a que necessita para ser livre enquanto ser. À essa visão, forma e caminho, damos o nome de construcionismo social¹, que é contrário ao existencialismo social² no qual foi exposto, grosso modo, no início desse tópico.

Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe, de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico. Isto é, mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. (GOELLNER, 2013, p. 30).

Assim, seguindo por caminhos pós-estruturalistas e decoloniais das linguagens dos corpos e das sexualidades, assim mesmo no plural, é que embasaremos todas as reflexões desse artigo. O plural aqui é utilizado por evidências as múltiplas linguagens que nossos corpos e sexualidades são capazes de expressar, reforçando a pluralidade humana.

É preciso, assim, entendermos que nossos corpos não são apenas a matéria orgânica composta por músculos, células, membros, reflexos, e sensações, e também, tudo que está nele – de forma artificial, como acessórios, vestimentas, penteados – e o que ele representa. Como aponta Goellner (2013, p. 31), “um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno”. Por isso a complexidade de entendermos suas linguagens, pois, para isso, precisamos compreender sua composição enquanto

1 A expressão “construcionismo social” será usada como um termo abreviado para descrever a abordagem, historicamente orientada, que estaremos adotando, relativamente aos corpos e à sexualidade (WEEKS, 2010, p. 43).

2 O construcionismo social se contrapõe ao “essencialismo” [...] o essencialismo é o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos (WEEKS, 2010, p. 43).

constructo e constituinte tanto da cultura, quanto da história. Ainda para a autora, o corpo é também

As invenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é descobertas (ibid., p. 31).

Notoriamente, fica claro que não se trata apenas de questões médicas e biológicas para compreender os corpos, muito além, precisamos entender de seus aspectos socioculturais e históricos que formulam e reformulam as identidades mutáveis, efêmeras, inconstantes e flexíveis que acompanham a humanidade diante dos avanços e retrocessos do desenvolvimento social. Não se trata de romper com a biologia, se trata, fundamentalmente, de reconhecer os significados culturais e sociais que aos corpos são atribuídos pela história.

“O corpo é também o que ele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é constituído, também, pela linguagem” (ibid., p. 31). Ou seja, a linguagem nesse caso não apenas representa e reflete o que existe, uma vez que ela própria é capaz de criar e recriar o já existente e, nessa intrínseca relação com o corpo, ela é capaz de, por si mesma, nomeá-lo, classifica-lo, redefinir-lhe e reconfigurar-lhe inconstantemente, e assim, “falar do corpo é, também, de nossa identidade dada a centralidade que este adquiriu na cultura contemporânea” (ibid., p. 31).

CORPOS, SEXUALIDADES E A VONTADE DE SABER³

Ao analisarmos, brevemente, as constituições dos corpos de forma socio-histórica através das construções culturais, somos capazes, então, de entendermos as linguagens refletidas no e pelo corpo. Assim, uma dessas expressões linguísticas dos corpos – muitas vezes não-falada – incorpora-se por meio das sexualidades, também no plural.

3 O trecho desse subtítulo, “a vontade de saber”, faz referência à celebre obra escrita por Michel Foucault, *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, que encontra-se citada durante vários momentos desse texto e referenciada no campo próprio para referências.

É necessário ressaltar aqui, que apesar desse artigo estar endereçado mais propriamente as discussões e reflexões acerca das linguagens dos corpos e das sexualidades, precisamos, por vezes, irmos e virmos por caminhos transversais que envolvem estudos mais próprios aos gêneros, mas que por vezes, são indissociáveis dos de sexualidades. Essa afirmação se sustenta à essencialidade de interação do construcionismo social aos movimentos sociais – principalmente o feminista – para chegarmos de fato a onde queremos.

A militante e feminista Dagmar Meyer (2013) nos aponta que o movimento feminista, além de ser multifacetado, é capaz de ser dividido em duas grandes ondas: a primeira delas gira em torno do movimento sufragista, onde as mulheres lutavam pelo direito ao voto; já a segunda, esteve estreitamente ligada a produção de conhecimento sistêmico que proporcionou diversas denúncias e contestações feministas diante de inúmeras situações sexistas em âmbito social.

Nestas perspectivas, a ênfase na construção social de gênero não foi, necessariamente, acompanhada de problematizações acerca de uma “natureza” biológica universalizável do corpo e do sexo. Ou seja (...) continua(va)-se operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma base biológica universal que os antecede” (ibid., p. 17).

Nesse patamar, foi na segunda onda em que muito se pensou sobre as sexualidades femininas e, principalmente, foi possível compreender que nem todas as mulheres do movimento eram – e nem são – cis-heterossexuais, e onde essas outras mulheres puderam ganhar voz e espaço em pautas de discussão. Autores/as como Michel Foucault (2017a; 2017b; 2017c) e Joan Scott (1995), sendo Scott mais próxima às causas feministas, já vinham estudando as sexualidades em momentos anteriores a segunda onda feminista, que ocorreu, segundo Meyer (2013), durante as décadas de 1960 e 1970. Porém, o que se ressalta aqui, é que tal movimento foi de extrema importância para consolidar o construcionismo social e a forma de enxergar as sexualidades através de aspectos histórico-sócio-culturais.

Exatamente porque o conceito de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião,

nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser, vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou não, ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (ibid., p. 19).

Assim, esse levante do feminista proporcionou uma força ainda maior para que as pautas envolvendo a diversidade sexual ganhassem corpo, possibilitando ainda, que vozes de outros indivíduos fossem ouvidas cada vez mais, como as vozes homossexuais, lésbicas, bissexuais, transgêneras, intersexuais e tantas outras que vem se empoderando, como as das pessoas não-binárias e as gêneros-fluído. Todas essas linguagens de caráter sexual incorporam a gama social e humana que compõem a sociedade, não esquecendo de que o corpo não é só o corpo, é também o que ele diz e o que nele e dele refletem. Como afirma Weeks (2010, p. 38) “a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico”.

Desse modo, Michel Foucault (2017a; 2017b; 2017c) dedicou anos da sua vida ao estudo da história da sexualidade, e nos proporcionou um entendimento muito claro de que uma das principais estratégias de opressão das sexualidades é falar dela em segredo. Como disse Foucault (2017a, p. 39), “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo”. Isso nos respalda a afirmar que, também como linguagem, as sexualidades exercem e são exercidas pelas relações de poder.

É inegável que o discurso científico sobre o sexo, no século XIX, era transpassado de credulidades imemoráveis e também de ofuscações sistemáticas: recusa de ver e ouvir; mas – e, sem dúvida, nisso está o ponto essencial – recusa que se referia àquilo mesmo que se fazia aparecer, cuja formulação solicitava imperiosamente. Pois só pode haver desconhecimento sobre a base de uma relação fundamental com a verdade. Esquivá-la, barrar-lhe o acesso ou mascarar-la são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição essencial de saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de saber (ibid., p. 61).

Essas relações de poder hierarquizam a sociedade de forma sempre excludente, em condições ambivalentes e desiguais. As sexualidades mostram-se presentes em todas

as camadas do tecido social, constituindo relações sobrepostas do conhecimento que a elas é posto como opressão. O não reconhecimento da diversidade sexual e das variadas linguagens corporais que as articulam e que por elas são articuladas se mostram como uma perversidade estratégica em uma sociedade fraturada por abismos sociais, como a brasileira. “O importante nessa história não está no fato de terem tapado os próprios olhos ou os ouvidos, ou enganando a si mesmos; é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la em último caso” (ibid., p. 62).

Logo, como aponta Foucault (2017a, p. 112), a dominação através da verdade constituída pela sexualidade se deu pelo “modelo estratégico, em vez do modelo do direito”. Isso diz muito acerca de tudo que foi exposto até aqui, uma vez que devemos compreender que essa dominação está estritamente ligada às relações de poder que se exercem em nossa sociedade, e com muita força, no Brasil atual. Nesse viés,

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçando a partir de todas essas mobilidades, encadeando que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvidas, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (ibid., p. 101).

Logo, o poder instituído sobre a verdade cabe a nós reconstruir e reconfigurar através das lutas e resistências dos movimentos e das minorias sociais que se afirmam politicamente diante de posturas autoritárias, que se consolidam através de inverdades e distorções que ultrapassam os limites de liberdade instituídos e constituídos em um Estado democrático de direito.

Se ainda não está clara as relações de poder que envolvem as sexualidades e aprisiona os corpos, a partir desse momento iremos refletir sobre essas situações na prática, através da farsa criada e propalada e que foi intitulada como “ideologia de gênero”, e que recebe forte apoio dos/as apoiadores/as do projeto Escola Sem Partido.

A FARSA DO (DES)CONHECIMENTO: A SUPOSTA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

“A sociedade moderna é perversa, não a despeito do seu puritanismo ou reação à hipocrisia: é perversa real e diretamente” (ibid., p. 53). Essa frase de Foucault sintetiza bem o que a suposta “ideologia de gênero” diz sobre as lutas e resistências em busca de justiça social de todos/as que dedica(ra)m suas vidas pela igualdade de direitos de indivíduos não-cis-heterossexuais.

No livro *Escola “Sem” Partido*, organizado por Gaudêncio Frigotto, traz em seu corpo um texto escrito por Fernando Penna, onde o autor analisa o projeto Escola Sem Partido como uma chave de leitura sobre o fenômeno conservador que se institui sobre os processos educacionais brasileiros. Para o referido autor, o Projeto Lei se constitui através de quatro características centrais: uma “nova” concepção de escolarização; uma desqualificação do/a professor/ra; estratégias discursivas fascistas e uma total defesa dos pais sobre os filhos.

Para Penna, “esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional” (2017, p. 35). Porém, antes de aprofundarmos nesse assunto, precisamos refletir um pouco sobre o conservadorismo em si, e sobre suas incorporações no campo político. Assim,

O conservadorismo surge como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também de alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade. O resultado a que tendiam estas teorias era o de fazer da história humana um processo aberto e ascendente, baseado numa antropologia revolucionária, onde o indivíduo fosse núcleo ativo, capaz de se tornar melhor tornando-se cada vez mais racional (BONAZZI apud SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2016, p. 143).

Nesse patamar, Sepulveda e Sepulveda (2016) entendem não ser possível entender o conservadorismo como uma simples reação e muito menos que o mesmo não

produza conhecimentos e agentes políticos. Como exemplo, vemos há anos os partidos políticos brasileiros conservadores ganhando campo nas pautas e debates sociais, incorporando discursos vastamente amplos, atingindo cada vez mais indivíduos.

Todavia, o fato de ter visão conservadora não necessariamente implica em conservadorismo político. Por exemplo, uma pessoa pode ser contra o aborto e apoiar a descriminalização do aborto. Nesse caso, ela enquanto indivíduo não pratica o aborto, mas também não criminaliza quem pratica, se posicionando assim de forma contrária ao conservadorismo político. Assim, só é possível se tratar do comportamento humano quando esse está no campo político, fora desse campo todas as atitudes são de foro íntimo, por isso, não passível de qualquer análise política (ibid., p. 144).

Complementam ainda que

Uma vez entendido que o conservadorismo político contemporâneo se originou a partir da crítica ao Iluminismo e à Revolução Francesa, entendemos que os marcos classificatórios do conservadorismo estão nas propostas de transformação social que aumentam a participação e os direitos das camadas mais pobres da sociedade. Dessa forma, o conservadorismo político é contrarrevolucionário e antidemocrático (ibid., p. 144).

Assim, entendendo o conservadorismo, mesmo que de forma breve, dentro e fora do campo político, podemos retomar a discussão acerca das inverdades do projeto Escola Sem Partido e da falsa “ideologia de gênero”. Para os defensores da “ideologia de gênero”, nós, educadores/as estaríamos doutrinando crianças em sala de aula numa tentativa absurda de transformá-las em gays e lésbicas. Resumindo, a “ideologia de gênero”

Seria uma ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família. Preciso reafirmar aqui que discutir gênero em sala de aula não é isso. Muito pelo contrário. Se eu tivesse que tentar sistematizar, é a tentativa de mostrar como as relações entre os gêneros, homem, mulher e outras configurações, como elas são construídas historicamente, para desconstruir desigualdades, homofobia, machismo e coisas assim. Mas eles colocam que seria uma ideologia contra a família (PENNA, 2017, p. 45).

Claramente, o que vemos aqui são relações de poder tendenciosas e conservadoras que se utilizam do conhecimento e da trajetória da diversidade sexual, assim como, das amarras que aprisionam os corpos em moldes binários do mundo. Não podemos esquecer, que tais relações estão em todos os lugares, inclusive nas escolas.

O longo e árduo trabalho de buscar a valorização da vida humana, da diversidade, do reconhecimento da diferença, das inúmeras formas de se expressar e de se viver são pautadas em discursos de ódio que oprimem e desvalorizam a educação enquanto ferramenta singular de mobilidade social. O reconhecimento do outro enquanto pessoa própria de si, livre para se expressar tanto em termos da linguagem quanto das sexualidades, continuam sendo calcados aos patamares *biologizados* do essencialismo social. Onde verdades absolutas e universais são diariamente instituídas a fim de homogeneizar a “doença” da diversidade. “Eu vejo aqui um ódio à democracia, literalmente, não querer conviver com a diferença na escola, não querer dialogar com outras crenças” (PENNA, 2017, p. 46).

Espinosa e Queiroz (2017, p. 49) afirmam que “o movimento do Escola sem Partido cresceu mesmo e angariou muitos adeptos quando começou a combater com bastante energia o que denominam de “ideologia de gênero””. Esse crescimento foi tão intenso que fez com que, em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) retirasse de seu escopo todas as metas relacionadas ao combate à desigualdade de gênero no país.

A própria expressão “ideologia de gênero” vem ganhando força nacional e internacionalmente para identificar, de maneira tendenciosa e pejorativa, pesquisas, práticas e debates que problematizem as relações de poder hierárquicas ou de opressão entre os gêneros, a heteronormatividade compulsória dos espaços escolares e a LGBTfobia presentes em nossa sociedade. Como vem sendo pautado pelos partidários do Escola sem Partido, o combate à “ideologia de gênero” apaga as demandas das educadoras e dos educadores que conhecem o cotidiano das escolas, suas necessidades e seus problemas, e que se veem diariamente desafiados por questões de gênero e sexualidade que eclodem em suas salas de aula, corredores e pátios (MATTOS et. al., 2017, p. 94).

Além disso, é necessário constatar que o projeto Escola Sem Partido é um voraz opositor à Gramsci. Isso se justifica nas falas dos defensores do projeto ao afirmarem que os/as doutrinadores/as “infectados” por Gramsci roubam o cérebro de nossas crianças há cerca de 30 anos. Percebam o recorte de tempo: 30 anos. Esse período da história do Brasil representa, grosso modo, a redemocratização brasileira. Assim, nos cabe à interpretação de que para o Escola Sem Partido, a educação neutra era aquela da época da ditadura militar.

Além do mais, ao analisarmos a Teoria Ampliada do Estado, de Gramsci (1980), somos capazes de compreender tal demonização sobre o intelectual, uma vez que, segundo essa teoria, o aspecto central e a vontade coletiva quanto a liderança do povo para a sua emancipação é dada a importância da questão do consenso e da força, enquanto parte do caráter educativo da política, onde, para Gramsci, a sociedade civil se contrapõe a sociedade política, e vê o Estado como a própria sociedade organizada de forma soberana, cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos e poderes específicos, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia de seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o que vemos com muita força é a disseminação de informações falsas e desumanas que desvalorizam lutas e resistências na busca de justiça social e igualdade de direitos. Essas informações se propalam em larga escala, apoiando-se em discursos conservadores, um tanto quanto fascistas, que deslegitimam o Brasil enquanto Estado democrático de direito, ainda em processo.

Tal problemática afeta fortemente a vida de pessoas não-cis-heterossexuais enquanto seres humanos que lutam por justiça e direitos humanos, enquanto cidadãos/ãs e membros da sociedade. Todas as discussões levantadas aqui nos fazem repensarmos nossas posturas enquanto pessoas, professores/as, e cidadãos/ãs, sobre nosso papel enquanto agentes sociais, e a educação enquanto a maior ferramenta de mobilidade social na história da humanidade. Censurando direitos e negando vidas. Por isso, devemos lutar e resistir, sempre!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPINOSA, B; QUEIRÓZ, F. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

_____. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017c.

GOELLNER, S. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G; FELIPE; J; GOELLNER, S. (Orgs) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2013.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTOS, A; MAGALDI, A; COSTA, C; SILVA, C; PENNA, F; VELLOSO, L; LEONARDI, P; ALBERTI, V. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2017.

MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G; FELIPE; J; GOELLNER, S. (Orgs) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2013.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & realidade.** Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SEPULVEDA, J; SEPULVEDA, D. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revista Teias**, v. 17 • v. 17 • n. 47 (Out.Dez., 2016): O avanço do conservadorismo nas políticas curriculares. 2016.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. (Org) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOBRE O AUTOR:

Professor de Geografia de turmas do 6º ao 9º Anos de Escolaridade do Ensino Fundamental II, em escolas pública e privadas no interior do estado do Rio de Janeiro. É especialista em Antropologia pela Universidade Candido Mendes (UCAM), licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).